

ÍNDICE

5 - Prognóstico Ambiental	1/13
5.1 - Aspectos Gerais	1/13
5.1.1 - Cenário de Não Implantação do Empreendimento.....	2/13
5.1.1.1 - Componentes Ambientais.....	2/13
5.1.1.2 - Dinâmica de Ocupação Territorial	5/13
5.1.1.3 - Condições de Distribuição de Energia.....	7/13
5.1.2 - Cenário de Implantação do Empreendimento	8/13
5.1.2.1 - Efeito do Empreendimento sobre Componentes e Fatores Ambientais	9/13
5.1.2.2 - Relação dos Impactos mais Relevantes do Empreendimento com Aspectos Ligados a Alteração da Dinâmica de Ocupação Territorial	10/13
5.1.2.3 - Mudanças nas Condições de Distribuição de Energia.....	11/13
5.1.2.4 - Quadro Prospectivo	12/13
5.2 - Considerações Finais	12/13

Legendas

Quadro 5-1 – Quadro Prospectivo..... 12/13

5 - PROGNÓSTICO AMBIENTAL

5.1 - ASPECTOS GERAIS

Este Capítulo tem como objetivo apresentar a discussão sobre a implantação e operação do empreendimento, observando as consequências ambientais de sua inserção no meio. Para isso são analisados os eventos dinâmicos dos diferentes meios - físico, biótico e socioeconômico, contemplando, inicialmente, o (i) Cenário de Não Implantação do Empreendimento, em observância ao quadro tendencial da região, onde são analisados os principais processos ativos e sua repercussão no estado de conservação do meio e dinamização da socioeconomia local. Em sequência é analisado o (ii) Cenário de Implantação do Empreendimento, apontando os reflexos de inserção do empreendimento pela dimensão de seus impactos ambientais sobre os fatores ambientais, apresentando de forma integrada os dados levantados no diagnóstico, a partir dos aspectos mais relevantes.

Este prognóstico visa atender aos solicitado no Termo de Referência para Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Gilbués II – Gentio do Ouro II, 230 kV Gentio do Ouro II – Brotas de Macaúbas, 500 kV Gentio do Ouro II – Ouarolândia II, 500 kV Ouarolândia II – Morro do Chapéu II, Seccionamento da LT 230 kV Senhor do Bonfim - Irecê e Subestações Associadas, avaliando para o Cenário de Implantação, três tendências: (i) Efeito do empreendimento nos componentes ambientais, (ii) Alteração da dinâmica de ocupação territorial e (iii) Mudanças nas condições de distribuição de energia.

A partir da relação dos elementos de análise, é elaborado um quadro prospectivo, observando os processos sinérgicos mais evidentes resultante das pressões do empreendimento sobre o meio, sendo classificadas em:

Nula: quando não se identifica alteração positiva ou negativa daquela tendência hoje verificada.

Sinérgica: quando a relação entre os elementos tem potencial para provocar alteração na tendência hoje verificada.

5.1.1 - Cenário de Não Implantação do Empreendimento

5.1.1.1 - Componentes Ambientais

A região analisada está localizada no nordeste brasileiro em área que abrange parte do território dos municípios de Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio, Parnaíba, Júlio Borges, Buritirama, Barra, Xique-Xique, Gentio do Ouro, Ipupiara, Brotas de Macaúbas, Itaguaçu da Bahia, Central, Jussara, São Gabriel, Morro Do Chapéu, João Dourado, América Dourada, Cafarnaum, Ourolândia e Várzea Nova. Nesta região ocorrem situações de seca, estiagem e desequilíbrio entre a oferta e a demanda dos recursos hídricos são problemas marcantes e de suma relevância regional. As principais bacias hidrográficas atravessadas são: Alto Rio Parnaíba e Médio Rio São Francisco. O déficit hídrico faz-se presente, principalmente, nas regiões com o clima semiárido quente, em função da escassez de chuvas e da temperatura média elevada, no entanto, mesmo considerando as áreas que apresentam clima tropical úmido, período chuvoso na área de estudo do empreendimento como um todo é identificado no quadrimestre de novembro até fevereiro, chegando a picos máximos de 198,2 mm de chuvas no mês de dezembro e completa ausência de chuva (0,0 mm) do mês de julho.

A região está inserida nos biomas Cerrado e Caatinga, que atualmente se encontra em estágio de elevado grau de perturbação. Entretanto, de acordo com o mapa de aplicação da Lei da Mata Atlântica, ainda existem remanescentes de Florestas Estacionais Deciduais e Semideciduais na área de estudo, porém, durante os levantamentos de campo pode-se notar que, atualmente, são observados apenas poucos elementos florísticos típicos das Florestas Estacionais, principalmente associados a áreas com maior disponibilidade hídrica.

A morfodinâmica atuante indica processos alternando entre pedogênese (estabilizados) e morfogênese (instáveis), além de áreas que estão atualmente em processo de transição. Tanta diversidade nos estágios de dinâmica do relevo tem como resultado modelados planos de acumulação (planície e terraço fluvial) e de aplainamento (superfícies aplainadas conservadas e degradadas) intercaladas por relevos de degradação (tabuleiros, chapadas, baixos platôs, montanhas, morros e serras baixas, vales encaixados e degraus estruturais e rebordos erosivos).

A relação entre o relevo hidrografia é perceptível considerando que os meios instáveis (relevos de degradação) tem atuação direta da água, seja ela de origem pluvial ou fluvial, para modelagem da paisagem. Tal relação também é marcante na gênese dos solos, considerando que eles são mais profundos e desenvolvidos em áreas mais planas e mais rasos e superficiais em locais onde a água tem tendência ao escoamento superficial mais acelerado.

Os solos são férteis na região do baixio de Irecê, onde técnicas de mecanização de irrigação fazem com que a região tenha amplos campos cultivados.

Na paisagem da região de estudo o mosaico de ocupação da área é formado por poucos conglomerados urbanos em meio a numerosas áreas de Caatinga, Campo Rupestre, Refugio Vegetacional, Cerrado, Mata Ciliar, Pastagens e áreas de uso agrícola. A Caatinga Arborizada Antropizada teve maior representação na Área de Estudo com 35.894,1 ha, o que representa 46,6% do total mapeado na AE, seguida por Caatinga Arborizada Aberta Antropizada, com 14.244,7 ha (15,5% do total mapeado na AE). Juntas essas duas classes de uso e cobertura do solo somam 65,1% do total mapeado na AE. Ao avaliar os efeitos das intervenções em escala de ecossistemas, devemos considerar que a grande maioria das áreas cobertas com vegetação natural é ameaçada pela exploração não manejada do recurso florestal. Neste sentido destaca-se consumo de madeira para confecção de cercas, como lenha para uso caseiro e até industrial (olaria), além da transformação em carvão.

Os refúgios vegetacionais, associados às áreas de ocorrência de Neossolo Litólico fazem referência às vegetações relíquias que comumente exibem espécies endêmicas, adaptadas a situações peculiares de solo e clima, muitas vezes apresentando alta sensibilidade às intervenções. Estas áreas constituem-se regiões extremamente sensíveis a perturbações ambientais, além de apresentarem fatores edafoclimáticos bastante peculiares, o que por sua vez colabora para o surgimento de espécies endêmicas.

Foi observada também a presença de vegetação com influência fluvial e/ou lacustre que se refere às formações vegetacionais que ocorre adjacente ou bordeando as margens dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes. Destaca-se que devido à escassez hídrica e a alta antropização da região, praticamente não são observadas áreas de mata ciliar, e as poucas observadas encontram-se extremamente descaracterizadas e dispersas em pequenos fragmentos espalhados na paisagem.

Vale mencionar a presença de Cerrado, na Área de Estudo, composta por uma vegetação savânica predominantemente arbóreo-arbustivo, com presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, normalmente ramificadas, cascas com cortiça grossa, fendida ou sulcada e folhas geralmente rígidas e coriáceas. Tais caracteres indicam adaptação a condições de seca (xeromorfismo).

Nesse contexto de especificidades bióticas e físicas do meio, a região apresenta 08 (oito) áreas definidas pelo MMA como Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade (PROBIO - MMA, 2007), são elas:

- **Cerrado:** **Ce202** - Médio São Francisco, interceptada em um total de 61,07 km, **Ce210** - Lagoa do Paranaguá, interceptada em um total de 83,44 km, **Ce212** - Serra Vermelha (PI), interceptada em um total de 35,16 km, e **Ce214** - Nascente do Rio Uruçuí-Preto, interceptada em um total de 49,34 km.
- **Caatinga:** **Ca023** - Região Morro do Chapéu, interceptada em um total de 4,35 km, **Ca029** - Gentio do Ouro, interceptada em um total de 146,76 km, sendo que desse total, 54,42 km são interceptados pela LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II; 51,31 km interceptados pela LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II e 41,02 km interceptados pela LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, **Ca033** - Corredor dos Brejões, interceptada em um total de 58,24 km sendo que desse total, 22,2 km são interceptados pela LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II; 22,9 km são interceptados pela LT 500 kV Ourolândia II - Morro do Chapéu II; 6,55 km interceptados pelo Seccionamento LT 230 kV Senhor do Bonfin – Irecê e 6,57 km são interceptados pelo Seccionamento LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfin e **Ca236** - APA Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco, interceptada em um total de 58,33 km.

Neste contexto de áreas para a conservação, na Área de Estudo, foram identificadas 4 unidades de conservação sendo que, destas, 3 são de Uso Sustentável (APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, APA Lagoa de Itaparica e APA Grutas dos Brejões / Veredas do Romão Gramacho) e apenas uma de Proteção Integral (Parque Estadual do Morro do Chapéu).

Das Unidades de Conservação Identificadas, 2 serão transpostas pelo empreendimento (APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, APA Lagoa de Itaparica), ambas, de Uso Sustentável. A única Unidade de Conservação de Proteção Integral identificada (Parque Estadual do Morro do Chapéu) tem 1,46 km da LT passando pela sua Zona de Amortecimento.

Com relação à fauna, nos levantamentos decampo pode-se constatar a expansão da agropecuária como grande agente de impactos antrópicos nos biomas onde está inserido o empreendimento. A caça, por sua vez, seja para subsistência, para proteção de criação doméstica ou para fins de comércio ilegal é uma realidade constante nas regiões estudadas.

Das 8 (oito) espécies de mamíferos (com uma em perigo de extinção “EN” e sete vulneráveis “VU”) levantadas em bases de dados secundários, quatro espécies foram registradas por meio dos métodos sistemáticos, são elas: *Rhipidomys cariri* (rata-da-arvore), *Tolypeutes tricinctus* (tatu-bola), *Kerodon rupestris* (mocó) e *Leopardus tigrinus* (gato-do-mato-pequeno).

No âmbito da herpetofauna vale destacar a presença de espécies ameaçadas pelo tráfico de animais silvestres, sendo elas as serpentes *Eunectes murinus*, *Epicrates crassus* e *Corallus hortulanus*, assim como os lagartos *Iguana iguana*, *Salvator merianae* e *Tupinambis duseni*; e o quelônio *Chelonoidis carbonaria*.

Durante os levantamentos das aves, se tratando apenas dos dados primários, nenhuma espécie está ameaçada, entretanto, foram registradas três espécies que se encontram quase ameaçadas internacionalmente: *Rhea americana*, *Primolius maracana* e *Synallaxis hellmayri*.

A Área de Estudo atravessa parte de uma área cárstica de relevância nacional, área esta, que abrange a parte setentrional da Chapada Diamantina e parte da bacia de Irecê, alocada sobre os calcarenitos das Unidades Gabriel, Jussara, Irecê e as Litofáceis Jussara. Nos bancos de dados no CECAV, há registros de 155 cavidades para 12 dos municípios interceptados pelas LTs. Duas áreas concentram as principais cavernas de interesse no estado da Bahia: a região da Chapada Diamantina, em que o município de Morro do Chapéu está inserido e que possui várias cavernas de grande extensão e beleza, como a Lapa Doce e a Gruta dos Brejões. A segunda é a região de Campo Formoso, que abriga as duas maiores cavernas do país, a Toca da Boa Vista e a Toca da Barriguda, respectivamente com 108 km e 30 km de extensão topografadas. Essa região dista aproximadamente 150 km da área mais próxima delimitada como de estudo das LTs em questão

O ecossistema cavernícola tanto a respeito de suas peculiaridades de relações orgânicas, quanto dos fatores físicos constitui um habitat específico. A preservação e conservação do patrimônio espeleológico tem como objetivo a manutenção destes sistemas ecológicos, sensíveis e diferenciados. As mesmas formações litoestratigráficas Jandaíra e Açú possuem potencial positivo, alto e médio, para ocorrência de fósseis.

5.1.1.2 - Dinâmica de Ocupação Territorial

A Área de Estudo Municipal (AEM) do empreendimento contempla 21 municípios, dos quais 05 (cinco) no Estado do Piauí e 16 (dezesesseis) na Bahia sendo os mais populosos alocados na microrregião de Irecê. Os municípios de Xique-Xique (BA), Ipupiara (BA), Gentio do Ouro (BA) e Irecê (BA) destacam-se dentre os demais como referências em serviços básicos.

Os aspectos econômicos de cada um dos municípios estudados compõem um cenário considerando que em todas as regiões estudadas, a economia é dependente do setor de serviços, com baixa presença de atividades industriais e relevância (especialmente na empregabilidade) da agropecuária.

Nos municípios que se encontram trecho piauiense do empreendimento, existe um cenário específico de avanço do agronegócio, vinculado à produção voltada para a exportação de soja e milho em áreas de cerrado.

No território baiano, o empreendimento encontra uma região marcada pela presença do Rio São Francisco, a Mesorregião do Vale São-franciscano da Bahia. Essa região tem um histórico de desenvolvimento relacionado ao uso do rio como fator de integração regional, sendo durante os séculos XVIII e XIX o principal eixo de escoamento da produção e circulação de pessoas desde o interior de Minas Gerais até a sua foz. Com a transição do modelo de integração nacional para o modal rodoviário, a região ficou, durante muitos anos, excluída dos principais processos econômicos do país, situação agravada ainda pelas condições climáticas da região do semiárido nordestino.

As principais atividades econômicas desenvolvidas estão ligadas ao setor primário com lavouras de milho, feijão, mandioca, mamona e capim, produção de farinha de mandioca, além da criação de galináceos, bovinos, ovinos e caprinos.

Quanto à estrutura fundiária da região, a comparação entre o número de estabelecimentos agropecuários em relação com as áreas totais dos mesmos permite demonstrar que há uma desigualdade no acesso a terra. Em ambos os estados há predominância de grandes propriedades rurais, o que indica considerável concentração de terras.

Não há, na Área de Estudo Municipal, projetos de assentamentos, foram levantadas apenas áreas de uso coletivo e comunidades tradicionais (quilombolas e fundo de pasto).

Dentre os serviços públicos ressalta-se que os de saúde e o de abastecimento de água são os mais críticos. No caso da saúde, o número de profissionais e de leitos disponíveis para a população é insuficiente para o atendimento da demanda atual considerando a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi avaliada a oferta de pelo menos três (03) leitos por 1.000 habitantes nos municípios, nenhum município da Área de Estudo Municipal cumpre com a orientação da OMS quanto à disponibilidade de ao menos três leitos por mil habitantes. A proporção da AEM consiste ao menos em dois leitos por mil habitantes. Os municípios de Riacho Frio (PI), Júlio Borges (PI) e Buritirama (BA) não disponibilizam nem um leito por mil habitantes.

O abastecimento de água potável a situação é alarmante, uma vez que a região enfrenta três anos de estiagem, e os reservatórios (açudes e barragens) encontram-se com volume de água reduzidos.

A questão da segurança pública demanda atenção especial. Os dados levantados demonstram precariedade do efetivo e dos equipamentos de segurança onde os delitos mais frequentes são homicídio doloso, furto e roubo de veículo e tentativa de homicídio. Vale também mencionar o numero crescente de casos de estupro registrados que não deve ser desconsiderado, apesar de pequeno em relação com os demais crimes.

Em resumo, dentre os aspectos estudados, verifica-se para o meio físico, as áreas cársticas como as mais sensíveis por apresentarem potencial de ocorrência de cavidades, fósseis e patrimônio arqueológico. O uso do solo expressa acentuada alteração da cobertura nativa sendo observadas pressões pela retirada de material lenhoso. A conservação sobre a diversidade biológica demonstra um quadro preocupante, seja pelas espécies ameaçadas registradas nos estudos, seja pelas escassas medidas para conservação e abrigo verificadas. Quanto aos aspectos socioeconômicos, reporta-se a uma região com desenvolvido médio, desigualdade acentuada e um quadro econômico e de infraestrutura local pouco significativo, com poucas exceções. As questões associadas à segurança hídrica, abastecimento e distribuição dos recursos, compõe ponto focal da dinâmica local.

5.1.1.3 - Condições de Distribuição de Energia

O Setor Elétrico segue regras definidas pelas Leis nº 10.847/2004 e nº 10.848/2004, que atribuem ao Poder Executivo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e ao Congresso Nacional, a formulação de políticas para o setor de energia do país. Neste setor, cabe a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao MME, função é realizar os estudos necessários ao planejamento da expansão do sistema elétrico.

Foi prevista pela EPE, no Plano Energético Nacional até 2020 (EPE, 2013) que estudo o horizonte energético de 2014 a 2020. Neste, a EPE apresenta a referida LT como estratégica para transmitir e ampliar a oferta de energia da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), visando à integração das usinas eólicas instaladas no nordeste brasileiro, principalmente na Bahia, ao Sistema Integrado Nacional (SIN). Há necessidade veemente de ampliação e fortalecimento do Sistema Integrado Nacional. Nesse contexto, o empreendimento pode ser analisado em um cenário de exportação da energia eólica gerada no estado da Bahia seria de cerca de 4.400 MW (EPE, 2014).

As Leis nº 10.847/2004 e nº 10.848/2004, também, instituem e atribuem objetivos e metas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) a ser regulado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Atualmente, a exceção de Roraima todos os estados brasileiros são interligados pelo Sistema Integrado Nacional, que tem dentre suas estratégias, conjugar estrategicamente todos os polos produtivos e de

demanda elétrica do país. Para tanto, em 2011, o SIN concentrava mais de 100 mil quilômetros de Linhas, em tensões acima de 230 kV (ONS, 2013). Além disso, o SIN interliga mais de 95% de toda a capacidade de produção de energia elétrica do país, sejam fontes internas ou de importações.

Na perspectiva eletro-energética, atual e futura, a produção eólica é tida como o novo caminho para o setor produtivo de energia nacional. Entretanto, no presente, a energia hidroelétrica é responsável pela cobertura de mais de 75% da demanda elétrica dos países. Embora, se por um lado, dentro da política energética de estado, a matriz hidroenergética é valorada pela sustentabilidade em longo prazo, por outro encarece em vulnerabilidades climáticas, podendo sofrer com a crescente oscilação pluviométrica. Nesta perspectiva, vem entrando em cena na última década, a ampliação da capacidade produtiva da região nordeste, possibilitando equilibrar as oscilações pluviométricas e, portanto, energéticas, com aproveitamento do amplo território nacional, de dimensões continentais. Nesse contexto, a LT 500 kV Gilbués II – Ouarolândia II, constitui-se em um projeto formulado dentro do planejamento de desenvolvimento nacional, voltada ao escoamento da produção eólica dos estados do nordeste para garantia da confiabilidade do sistema nacional interligado.

5.1.2 - Cenário de Implantação do Empreendimento

O cenário energético em desenvolvimento do país tem como estratégia, ampliar a produção energética da Região Nordeste, e escoar a energia proveniente das centrais geradoras eólicas, e desta forma garantir oferta a crescente demanda de carga das Regiões Nordeste e, particularmente, do Sudeste.

A ligação ao Sistema Interligado Nacional via LT 500 kV Gilbués II – Ouarolândia II irá possibilitar um aumento da confiabilidade do Sistema, contribuindo para a adequação da oferta e demanda, e diminuindo por um lado a possibilidade de racionamento e de ‘apagões’ e, por outro, a necessidade de acionamento de termoeletricas, contrárias a estratégias operacionais do SIN, visto que o empreendimento contribuirá para o escoamento da energia produzida nos parques eólicos

A Análise dos Impactos Ambientais (**Capítulo 3**) descreve e analisa uma lista de 29 impactos. Dentre esses 03 (três) foram considerados positivos, e se referem aos benefícios associados à geração de empregos, ao aumento da arrecadação tributária e ao aumento da confiabilidade do sistema elétrico. Os outros 26 impactos foram avaliados como negativos e decorrem da implantação (planejamento, construção e operação) do empreendimento. No **Capítulo 4 - Medidas Mitigadoras, Compensatórias e Programas Ambientais** estão apresentadas as principais medidas de redução ou controle dos efeitos de impactos negativos e a potencialização dos efeitos dos impactos positivos, sendo estas descritas nos programas que com base na cadeia de eventos – ações geradoras, impactos ambientais e proposição de

medidas e programas, verifica-se que as adversidades com potencial para dinamização local estão restritas a uma lista reduzida, limitada aos impactos mais relevantes a cada aspecto.

A seguir estão apresentadas as relações mais relevantes decorrentes do empreendimento, pelo seu potencial de interferência nos componentes ambientais ou na dinâmica populacional, observados pela capacidade de induzir ou agravar sinergicamente o cenário diagnosticado.

Foram abordadas neste prognóstico 03 (três) tendências: (i) Efeito do empreendimento sobre os componentes e fatores ambientais; (ii) Alteração da dinâmica de ocupação territorial e (iii) Mudanças nas condições de distribuição de energia, como segue:

5.1.2.1 - Efeito do Empreendimento sobre Componentes e Fatores Ambientais

Para a LT 500 kV Gilbués II – Orolândia II, os fatores ambientais avaliados foram os seguintes: no meio físico a qualidade do ar, nível de ruído, solo, ambiente carstico, patrimônio paleontológico, atividades minerárias e drenagem superficial. Em relação aos componentes e fatores bióticos as avaliações foram sobre a vegetação, a fauna silvestre e as áreas legalmente protegidas. Para as questões socioeconômicas os fatores avaliados foram a população da área de estudo, a infraestrutura de serviços essenciais (saúde, segurança, educação, habitação, transporte e saneamento), o tráfego rodoviário, o mercado de trabalho, o abastecimento de água, as áreas de uso coletivo, as comunidades tradicionais, a arrecadação tributária, patrimônio histórico, arqueológico e cultural, a paisagem, o uso e ocupação do solo e o sistema elétrico.

Sobre esses componentes e fatores ambientais, avaliados nesta análise, identificou-se que no meio físico o ambiente cárstico considerando tanto a possibilidade de ocorrência de cavidades, fósseis e bens do patrimônio arqueológico, é aquele mais sensível e que poderá apresentar interferências decorrentes da implantação do empreendimento. Contudo, medidas e programas foram propostos para que essas possíveis interferências sejam minimizadas. Quanto às cavidades é importante destacar que foi realizado um diagnóstico espeleológico, que possibilitou a otimização da diretriz de traçado, ainda na fase de estudo, para que este não interfira em cavidades e feições associadas.

Quanto aos fatores bióticos, que podem apresentar interferências em decorrência da implantação do empreendimento, destaque deve ser dado às intervenções em áreas de vegetação nativa que, como identificado já apresenta pressões antrópicas decorrentes da retirada de madeira. Os acessos a serem abertos podem aumentar a pressão sobre as espécies da fauna silvestre que são alvo de caça e perturbações decorrentes do aumento da movimentação de pessoas. A implantação do

empreendimento deverá atravessar em aproximadamente 1,46 km a Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Morro do Chapéu, com possível retirada de elementos da fauna e flora.

Os fatores do meio socioeconômico que apresentam maior fragilidade em um cenário de implantação do empreendimento referem-se à infraestrutura local, especialmente, saúde e segurança. A questão da segurança hídrica e uso dos recursos é essencial em um contexto de déficit acentuado de água e abastecimento precário. Com a implantação do empreendimento a pressão sobre essa demanda poderá ser acentuada.

As relações no que diz respeito à pressão sobre a infraestrutura e a dinâmica da saúde e segurança locais, especialmente, de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, cabe destacar que mulheres na faixa etária entre 15 e 29 anos tem índice maior de fecundidade, estando também mais expostas à violência, especialmente sexual e assaltos. Em uma área com precariedade de serviços de informação, segurança e prevenção, a chegada de pessoas de fora com a implantação do empreendimento pode ter consequências negativas sobre a vida dessas mulheres adolescentes e jovens.

5.1.2.2 - Relação dos Impactos mais Relevantes do Empreendimento com Aspectos Ligados a Alteração da Dinâmica de Ocupação Territorial

A alteração da dinâmica de ocupação territorial decorrente da abertura da faixa de servidão e de acessos é importante dinamizador socioeconômico para empreendimentos lineares estabelecidos em áreas remotas.

Na faixa de servidão a ser ocupada pela LT, são exigidas restrições de uso, as quais são garantidas pela instituição da faixa de servidão administrativa. O processo envolve a identificação de proprietários, moradores e concessionários envolvidos, assim como da condição fundiária da terra e, em momentos sucessivos, o pagamento das indenizações aos proprietários. Entretanto, dentre os impactos associados ao estabelecimento legal da faixa de servidão, importa discutir a perda de áreas produtivas e remoção de benfeitorias.

Os impactos identificados para os meios físico e biótico possuem caráter permanente e destacam-se aqueles relacionados aos fatores ambientais “Vegetação” e “Áreas Legalmente Protegidas”, os quais apresentaram caráter permanente e irreversível. Esses impactos, também, decorrem de uma alteração na dinâmica de ocupação do território, podendo ocorrer perda de habitats e aumento do uso dos acessos da LT para uso na caça de espécies da fauna silvestre.

Quanto ao meio socioeconômico merece menção o fato de que a maior parte dos impactos é considerado reversível. Entretanto, foram identificados alguns impactos irreversíveis incidindo sobre fatores/componentes socioeconômicos, como: Interferência com áreas de uso coletivo, Interferência com comunidades tradicionais, Interferência no patrimônio histórico, cultural e arqueológico, Alteração da paisagem e Alteração do uso e ocupação do solo são irreversíveis.

A cumulatividade observada na classificação dos impactos, uma vez que alguns deles tendem a se acumular ao longo do tempo e no espaço, e tendem a interagir com outros empreendimentos, pode causar alterações em outros fatores ambientais bem como na dinâmica de ocupação do território.

Em relação à dinâmica de intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APPs), cabe destaque que essas serão impactadas pela instalação do empreendimento, estando na maioria dos casos associadas à supressão de vegetação para o estabelecimento da faixa de servidão. Ressalta-se que as interferências mais significativas se darão nas áreas de locação de torres e, por este motivo, o projeto deverá priorizar a locação destas estruturas fora das APPs, assim como os acessos.

5.1.2.3 - Mudanças nas Condições de Distribuição de Energia

As potenciais mudanças nas condições de distribuição de energia elétrica, considerando o novo aporte de energia elétrica no SIN (Sistema Interligado Nacional) garantido pela presente LT, cabe notar que a região beneficiada por esta contribuirá para o escoamento da energia produzida nos parques eólicos, fato este, que irá possibilitar um aumento da confiabilidade do Sistema contribuindo para a adequação da oferta e demanda, e diminuindo por um lado a possibilidade de racionamento e de 'apagões' e, por outro, a necessidade de acionamento de termoeletricas, contrárias a estratégias operacionais do SIN.

Este aumento de confiabilidade não representa atendimento imediato das demandas por energia nos municípios atravessados, uma vez que o rebaixamento de tensão está associado ao estabelecimento de contratos entre as concessionárias e o poder público, de modo a permitir que a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e a Companhia Energética do Piauí (CEPISA) tenham de fato condições de distribuir para os consumidores dos respectivos estados.

O aumento na confiabilidade do sistema elétrico justifica a inclusão do impacto positivo Melhoria da qualidade do sistema elétrico na análise dos impactos ambientais da LT 500 kV Gilbués II O Ouarolândia II.

5.1.2.4 - Quadro Prospectivo

A seguir é apresentado no **Quadro 5-1**, o resumo das tendências prospectivas atribuídas nas relações consideradas neste prognóstico.

Quadro 5-1 – Quadro Prospectivo

Impacto / Dinâmica	Efeito do empreendimento nos componentes ambientais	Alteração da dinâmica de ocupação territorial	Mudanças nas condições de distribuição de energia
Alteração no ambiente cárstico	Ausente	Nula	Ausente
Alteração e/ou perda de habitats	Sinérgica	Sinérgica	Ausente
Aumento da incidência de DST e gravidez na adolescência	Sinérgica	Nula	Ausente
Pressão sobre a segurança hídrica da população local	Sinérgica	Nula	Ausente
Interferência com Projetos de Assentamento	Sinérgica	Sinérgica	Ausente
Alteração do uso e ocupação do solo	Sinérgica	Sinérgica	Ausente
Aumento da confiabilidade do sistema elétrico	Ausente	Sinérgica	Sinérgico

5.2 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pontuado anteriormente, a área de estudo apresenta uma pressão sobre os usos dos recursos hídricos, escassos na região e, também, sobre os remanescentes de caatinga e do cerrado extração de madeira e atividades agropecuárias. Para minimizar esses impactos foram propostos cinco programas: Programa de Prevenção e Monitoramento e Controle de Processos Erosivos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Plano Ambiental de Construção; Programa de Resgate de Germoplasma e o Programa de Reposição Florestal. A implantação dos programas deverá ser realizada de maneira integrada através do Plano de Gestão Ambiental. Estima-se que a adequada implantação desses programas venha a conter a pressão sobre os componentes ambientais, e a indução ou agravamento da dinâmica hoje verificada, seja no sentido da degradação, seja no sentido da conservação.

Entretanto, aspectos ligados às fragilidades associada à diversidade biológica demanda especial atenção em função de alterações de habitats de espécies com algum nível de ameaça, o que reforça a importância dos Programas de Resgate de Germoplasma, Programa de Reposição Florestal e de Monitoramento da Fauna e indiretamente, pelo Programa de Compensação Ambiental.

A dinâmica populacional local está inserida num quadro de pouco desenvolvimento econômico. Portanto, estima-se que a mesma venha a ser bem sensível a dimensão espacial, econômica e de pessoal do presente empreendimento, dessa forma foi proposto o Programa de Apoio à Infraestrutura Local. Como mencionado há carências locais acentuadas no que se refere à segurança hídrica, em especial e, também, a infraestrutura de saúde e segurança.

Dados os objetivos envolvidos, este tipo de empreendimento envolve comumente a imposição de impactos locais, porém, com distribuição de benefícios em ampla abrangência. Portanto, para melhor inserção do mesmo, cabe a correta gestão de obra pela implantação dos programas previstos, sobretudo, pelos destaques expostos ao longo do capítulo, a saber, da garantia à qualidade de vida das pessoas diretamente afetadas assim como pela contenção da perda de diversidade biológica.

